



DIREITO DO TRABALHO



Estratégia
OAB

SIMULADO COM CORREÇÃO EM VÍDEO

DIREITO DO TRABALHO

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

O representante legal da empresa “Pastelaria do Zé Ltda.” compareceu, sem advogado, à audiência de uma reclamação trabalhista ajuizada pela ex-empregada “Clotilde Coxinha”. Na petição inicial, a reclamante formulou os seguintes pedidos: condenação da empresa ao pagamento de adicional de insalubridade em grau máximo, calculado sobre o salário contratual recebido; pagamento da multa do art. 477, § 8º, da CLT, sob a alegação de que as verbas rescisórias foram quitadas na sede da empresa, sem a necessária homologação perante o sindicato da categoria ou autoridade do Ministério do Trabalho e Emprego; indenização por danos morais, decorrentes das alegadas violações ao contrato de trabalho; e, integração da ajuda de custo à remuneração da autora, porque ela era paga mensalmente pela empresa, conforme se verificou dos contracheques que foram juntados aos autos. Na audiência, a empregadora limitou-se a afirmar que nada devia à reclamante. Encerrada a instrução processual, sem produção de outras provas, o Juiz, sob o fundamento de ausência de contestação específica, proferiu sentença de procedência parcial, nos seguintes termos: condenou a empresa ao pagamento do adicional de insalubridade em grau máximo, mas calculado sobre o salário-mínimo; deferiu a multa do art. 477, § 8º, da CLT; deferiu a indenização por danos morais, fixando juros e correção monetária a partir da data do ajuizamento da ação; deferiu a integração da ajuda de custo à remuneração da autora, porque ela era paga mensalmente pela empresa, conforme se verificou dos contracheques que foram juntados aos autos, e condenou a empresa ao pagamento de honorários advocatícios de sucumbência fixados em 20% sobre o valor da condenação. Intimada da decisão, a empregadora, embora inconformada, não interpôs recurso. A reclamante, por sua vez, apresentou Recurso Ordinário, pugnando pela reforma da sentença para que o adicional de insalubridade seja calculado sobre o salário contratual.

Na qualidade de advogado(a) contratado(a) pela empregadora, no momento em que recebida a intimação para oferecer sua resposta, adote a providência processual cabível com vistas a afastar a sucumbência da reclamada. A simples menção ou transcrição do dispositivo legal não garante a pontuação. (Valor: 5,00)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

QUESTÃO 01

Patrícia foi contratada pela empresa Indústria de Cimentos Planalto S.A., para exercer a função de operadora de máquinas, em maio de 2020. Considerando que a fábrica está localizada em área rural, distante do perímetro urbano e sem acesso a transporte público regular, a empregada sempre utilizou o transporte fornecido pela empresa. No entanto, em fevereiro de 2021, ocorreu um grave acidente com o ônibus que transportava os empregados, incluindo Patrícia, ocasionando sua incapacidade temporária para o trabalho e consequente afastamento das atividades. Sobre a hipótese narrada, de acordo com a CLT e a legislação vigente, responda as questões a seguir.

- A) O tempo gasto pela empregada no trajeto entre sua residência e o local de trabalho, utilizando o transporte fornecido pela empresa, pode ser computado como parte da jornada diária de trabalho? (Valor: 0,65)
- B) O acidente ocorrido durante o deslocamento no transporte fornecido pela empresa configura hipótese de acidente de trabalho nos termos da legislação vigente? (Valor: 0,60)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 02

Helena, mãe de Caio, ajuizou reclamação trabalhista em face da empresa Churrascaria Fogo & Brasa Ltda., em 18/08/2023. Alegou que seu filho trabalhou para a reclamada no período de 02/02/2020 a 15/02/2022, exercendo a função de garçom, com jornada de quinta a domingo, das 10h às 22h, percebendo remuneração mensal de R\$ 2.100,00. Relatou que, durante o contrato, Caio foi alvo de frequentes piadas e ofensas de cunho discriminatório por parte do gerente, em razão de seu tartamudeio (gagueira), sendo constantemente ridicularizado diante dos colegas e clientes. Segundo Helena, o comportamento reiterado dos superiores gerou profundo abalo emocional em seu filho, que passou a apresentar crises de ansiedade e depressão, necessitando de acompanhamento psicológico e uso de medicação. Em virtude desse quadro, Caio pediu demissão, incapaz de suportar o ambiente hostil de trabalho. Meses após o desligamento, sofreu um acidente motociclístico fatal, aos 26 anos de idade. Inconformada com o sofrimento e a humilhação vivenciados por seu filho, Helena propôs a presente reclamação trabalhista, pleiteando indenização por danos morais e materiais, além do pagamento de horas extras não quitadas durante o contrato. Sobre a hipótese narrada, de acordo com a CLT, legislação vigente e o entendimento consolidado da jurisprudência do TST, responda as questões a seguir.

- A) Helena, na qualidade de sucessora de Caio, possui legitimidade para ajuizar ação trabalhista pleiteando indenização por danos morais e materiais decorrentes da relação de emprego? Justifique sua resposta. (Valor: 0,65)
- B) Caso o magistrado verifique a dificuldade de Helena em comprovar os fatos alegados, poderá determinar a inversão do ônus da prova? Fundamente. (Valor: 0,60)

1	
2	

3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 03

Bruno Henrique foi contratado pela empresa TechWave Soluções Digitais Ltda. para exercer o cargo de analista de projetos, firmando contrato individual de trabalho em janeiro de 2021. Durante a vigência do pacto laboral, o empregado assinou cláusula compromissória de arbitragem, prevendo que eventuais litígios decorrentes do contrato de trabalho seriam resolvidos por meio de juízo arbitral, e não pela Justiça do Trabalho. Meses depois, surgiu divergência entre as partes acerca do pagamento de participação nos lucros e resultados (PLR), usualmente concedida aos empregados da empresa. O impasse resultou em rescisão contratual. Sobre a hipótese narrada, de acordo com a CLT e a legislação vigente, responda as questões a seguir

- A) Quais são os requisitos de validade da cláusula compromissória de arbitragem nos contratos individuais de trabalho? (Valor: 0,65)
- B) Caso Bruno Henrique ingresse com Reclamação Trabalhista, qual preliminar processual poderá ser suscitada pela empresa em sua contestação? (Valor: 0,60)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 04

Paula Menezes foi contratada pela empresa Confecções Aurora Ltda. para atuar como bordadeira, executando suas atividades em regime de teletrabalho, a partir de sua residência, com visitas ocasionais à sede da empresa apenas para entrega e retirada de material. Com o aumento das encomendas, a empregadora passou a exigir que Paula produzisse cerca de 1.200 peças por semana, sob pena de desconto na remuneração. Diante da sobrecarga e da pressão constante, Paula não conseguiu atingir as metas estabelecidas e acabou sendo dispensada sem justa causa. Abalada emocionalmente, ajuizou Reclamação Trabalhista, pleiteando indenização por danos morais e pagamento de horas extras, sob o rito sumaríssimo. Durante a audiência, o advogado da reclamada apresentou defesa com documentos e, em seguida, requisitou o adiamento da instrução, alegando ausência de suas testemunhas, pedido que foi acolhido pelo magistrado, apesar da oposição da reclamante, devidamente consignada em ata. Na nova data designada, a audiência foi realizada e, ao final, a sentença julgou improcedentes todos os pedidos formulados por Paula. Inconformada, ela interpôs Recurso Ordinário, que foi desprovido pelo Tribunal Regional. Diante da hipótese narrada, com fundamento na CLT e no entendimento consolidado do TST, responda às questões a seguir:

- A) O juiz agiu corretamente ao adiar a audiência em razão da ausência das testemunhas da reclamada? Justifique com base na legislação trabalhista. (Valor: 0,65)
- B) No rito sumaríssimo, é cabível a interposição de Recurso de Revista? Fundamente sua resposta. (Valor: 0,60)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

